



## Senado cria comissão para propor novo pacto federativo



Ano Nascimento/ABR

Produção de papel, um dos setores da economia atingidos pela guerra fiscal: grupo de notáveis deve sugerir mecanismos para eliminar concorrência predatória

Grupo de juristas, economistas e cientistas políticos vai estudar as relações entre União, estados e municípios

O Senado instituiu comissão especial de notáveis para discutir um novo pacto federativo. O colegiado tem prazo inicial de 60 dias para propor formas de acabar com a guerra fiscal e redistribuir os fundos de Participação dos Estados (FPE) e Municípios (FPM). O resultado dos trabalhos será apresentado em relatório, que pode incluir anteprojeto de lei. **3**



José Cruz/Agência Senado

**Cristovam pede que piso salarial do magistério seja cumprido** **4**



José Cruz/Agência Senado

**Vanessa sugere união de Norte e Nordeste contra desigualdade** **3**



José Cruz/Agência Senado

**Wellington propõe criação de fundo de investimento** **3**



José Cruz/Agência Senado

**Mozarildo quer ouvir índios e estrangeiros sobre acordo** **3**



José Cruz/Agência Senado

**Raupp elogia meta de dobrar escolas de tempo integral** **4**



José Cruz/Agência Senado

**Anibal defende reposição de moradias após cheia no Acre** **4**

**Senado debate criação do fundo de previdência do servidor** **2**

**Aviação civil e conjuntura internacional em discussão hoje** **2**

**Provas do concurso serão reaplicadas em 15 de abril** **2**

Curta o Jornal do Senado no **Facebook** e fique por dentro do que acontece no Senado

[facebook.com/jornaldosenado](https://www.facebook.com/jornaldosenado)



Projeto acaba de chegar ao Senado; pelo texto, funcionário público terá aposentadoria enquadrada no teto do INSS e poderá aderir a fundo de previdência complementar

# Audiência debate fundo de pensão dos servidores federais

A CRIAÇÃO DA Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais (Funpresp) será tema de audiência pública hoje, realizada pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O projeto que cria o Funpresp (PLC 2/12) é de iniciativa do governo e foi aprovado pela Câmara. O texto chegou ao Senado no começo do mês, tramita em regime de urgência constitucional e será examinado simultaneamente pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Sociais.

De acordo com o texto, quem ingressar no serviço público após a vigência das novas regras terá sua contribuição previdenciária limitada a 11% do teto do INSS — hoje fixado em R\$ 3.916,20.

Se quiser aposentadoria maior, terá de contribuir com o fundo de previdência complementar do Poder onde trabalha — Executivo, Legislativo ou



Paulo Paim, que pediu a realização da audiência

Judiciário. Se fizer essa opção, receberá a complementação do respectivo fundo, que terá contrapartida da União.

Entre os convidados para o debate, estão o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin Filho, e o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita, Álvaro Sólton de França.

O autor do requerimento para a realização da audiência pública é Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH.

## Grupo discute vigilância do tráfego aéreo

A Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil debate hoje a expansão do tráfego aéreo e a implantação de sistema de vigilância. Foram convidados o diretor do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, tenente-brigadeiro do ar Ramon Borges Cardoso, o coordenador do curso de Ciências Aeronáuticas da PUC de Goiás, Raul Francé Monteiro, e o piloto e empresário Milton Arantes.

## Síria e Irã são tema de audiência às 18h na CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza debate hoje, às 18h, sobre as peculiaridades da Síria e do Irã. A iniciativa é do presidente da CRE, Fernando Collor (PTB-AL). Devem participar do encontro o embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto e os professores Márcio Scalercio, Williams Gonçalves e Jorge Muniz Morteau.

## Provas do concurso serão reaplicadas dia 15 de abril

A Comissão do Concurso Público do Senado Federal esteve reunida no dia 14 de março com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Todas as explicações oferecidas para os fatos ocorridos no último domingo foram consideradas satisfatórias, assim como as medidas adotadas para contornar os problemas, preservar a isonomia entre os candidatos e garantir a transparência do concurso público.

É importante frisar que o certame transcorreu normalmente para mais de 147 mil candidatos. Pela primeira vez na história do Senado, as provas foram aplicadas nas 27 unidades da Federação, que abrigaram 5.030 salas. Todas as ocorrências registradas têm sido apuradas pela FGV e acompanhadas de perto pela Comissão do Concurso Público, que norteia seus trabalhos pela preservação dos legítimos interesses de todos os candidatos e da instituição Senado Federal.

A Comissão do Concurso Público, em comum acordo com a FGV, definiu o dia 15 de abril de 2012, domingo, como data de reaplicação das provas para a especialidade Enfermagem e para as subáreas de Análise de Sistemas e de Análise de Suporte de Sistemas. Edital de convocação para as provas será publicado no *Diário Oficial da União* do dia 20 de março de 2012 contendo todas as informações necessárias aos candidatos, que serão ainda contatados individualmente pela FGV.

Comissão do Concurso Público

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

## Segunda-feira

**Presidência** Campanha da Fraternidade  
11h O senador José Sarney preside sessão especial destinada a comemorar o lançamento, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Campanha da Fraternidade 2012.

**Plenário** Sessão especial  
11h Sessão especial para comemorar o lançamento da Campanha da Fraternidade. Este ano a CNBB escolheu como tema "Fraternidade e saúde pública". Às 14h, a sessão é não deliberativa.

**CDH/CAS** Previdência dos servidores  
9h Audiência pública conjunta das comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais. Em debate, o fundo de previdência complementar para os servidores públicos federais.

**Aviação Civil** Expansão do tráfego aéreo  
17h A Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil debate, em audiência pública, a expansão do tráfego aéreo e a implantação do sistema de comunicação, navegação, vigilância e tráfego aéreo (CNS/ATM).

**CRE** Audiência sobre o mundo árabe  
18h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realiza audiência pública para discutir o mundo árabe.

## Terça-feira

**CAE** Aposentadoria de pessoa com deficiência  
10h A Comissão de Assuntos Econômicos examina projeto que concede aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social.

**CE** Datas comemorativas  
11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte examina projetos que criam datas comemorativas, entre os quais o que institui o Dia Nacional da Advocacia Pública.

**CDR** CNH financiada pela Cide  
14h A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) poderá financiar a carteira de habilitação para a baixa renda. Projeto nesse sentido consta da pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

**CCJ/CAE** Audiência sobre uniformização do ICMS  
14h As comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos promovem debate sobre projeto (PRS 72/10) que uniformiza o ICMS para operações interestaduais com bens e mercadorias importadas do exterior.

**CDH** Estatuto da Juventude  
14h O Estatuto da Juventude é tema de debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Entre os convidados, o presidente do Conselho Nacional de Juventude, Gabriel Medina.

## Quarta-feira

**CAS** Dedução de medicamentos no IR  
9h A Comissão de Assuntos Sociais vota projeto que prevê a dedução de Imposto de Renda das despesas com medicamentos.

**CCT** Banda larga na região Norte  
9h A implantação do Plano Nacional de Banda Larga na região Norte é tema da audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

**CCJ** Reforma administrativa do Senado  
10h A Comissão de Constituição e Justiça examina projeto que cria centros de atendimento à mulher vítima de estupro. Também na pauta, reforma administrativa do Senado. Às 14h, nova audiência da CAE e da CCJ sobre o PRS 72/10. Serão ouvidos o ex-ministro do STF Carlos Velloso e o governador do Pará, Simão Jatene, entre outros.

**CE** Avaliações do ensino básico  
10h A possibilidade de tornar públicas as avaliações realizadas pelo Ministério da Educação no ensino básico é tema de debate na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

## Quinta-feira

**CI** Ferrovia Centro-Oeste  
9h A Comissão de Infraestrutura debate prazos e prestação de contas sobre construção da Ferrovia Centro-Oeste.

**FGTS** Resultado financeiro  
11h A distribuição do resultado financeiro será debatida em audiência pública da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões

**Plenário:** [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

**Comissões:** [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

## TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião conjunta das comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

## Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

## Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

## Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Sílvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cintia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



Mozarildo quer investigar contrato ilegal com empresa estrangeira

## Funai deve explicar denúncia sobre terras demarcadas

Denúncia sobre a venda de direitos sobre terras indígenas a empresas estrangeiras publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* deverá ser investigada pela Advocacia-Geral da União (AGU) e também pelo Senado, afirmou Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O senador pretende convidar o presidente da Funai, Márcio Meira, e representantes dos índios mundurucu e da empresa irlandesa Celestial Green para prestar esclarecimentos na Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, presidida por Mozarildo, a respeito de contrato ilegal de direitos sobre área de 2,381 milhões de hectares no Pará.

— É o aluguel do território brasileiro para estrangeiros ganharem dinheiro à custa de nossas florestas — disse.

Mozarildo criticou a política indigenista do governo por “negligenciar a assistência social em detrimento da demarcação de terras” e cobrou a criação de secretaria nacional gerida por indígena para tratar desses temas.

## Senador defende secretaria para questões indígenas

“Precisamos ter um órgão executor para assuntos indígenas com autonomia, que não fique na dependência de outras áreas”, disse Wellington Dias (PT-PI), defendendo a criação de secretaria especial com *status* de ministério, vinculada à Presidência da República, para tratar do tema.

O parlamentar ressaltou que os indígenas têm grau de mortalidade muito elevado em comparação com a média dos brasileiros e disse que 90% dos índios se encontram em situação de extrema pobreza.

O senador defendeu a indicação de indígena para a presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai) e destacou que muitos deles estão preparados para o cargo, tendo formação superior e cursos de pós-graduação.

— Afinal, se estivéssemos propondo a indicação de um homem para a secretaria de mulheres ou de um branco para a de igualdade racial, teríamos uma guerra — comparou.

Juristas, economistas e cientistas políticos terão 60 dias para propor soluções às relações econômicas e políticas entre União, estados e municípios

# Senado cria comissão de notáveis para estudar pacto federativo

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, instituiu comissão especial de notáveis com a tarefa de discutir o novo pacto federativo e a relação entre os estados, os municípios e a União. O ato da Presidência da Casa autorizando a formação do grupo foi expedido na noite de quinta-feira e publicado na última sexta-feira.

Composto por 14 integrantes, entre juristas, economistas e cientistas políticos, o colegiado tem prazo inicial de 60 dias para rever as relações entre as unidades federadas, estabelecer mecanismos para evitar a guerra fiscal, propor nova distribuição de recursos para os fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), apresentar soluções para tornar mais eficiente o sistema tributário nacional e analisar questões políticas relacionadas a esses temas.

Os resultados dos trabalhos serão apresentados em relatório, do qual poderão fazer parte anteprojetos para subsidiar futuras proposições legislativas.

A atividade dos participantes não será remunerada, mas a comissão terá o apoio do Senado e poderá, por exemplo, utilizar a estrutura da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), solicitar estudos,

informações e serviços à Consultoria Legislativa do Senado e realizar audiências públicas com a participação da sociedade. O colegiado será presidido pelo ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Nelson Jobim.

Com a criação da comissão, o presidente Sarney cumpre o que havia previsto na abertura da sessão legislativa deste ano, quando anunciou que o estudo das relações federativas seria uma das prioridades do Senado Federal em 2012.

Para Pedro Taques (PDT-MT), um dos parlamentares que mais defenderam a ideia da criação de comissão especial para tratar do assunto, reformas e adaptações são imprescindíveis diante de um quadro de competição predatória e nada cooperativa entre os entes federados.

Em seu requerimento propondo a criação do grupo especial de trabalho, o parlamentar argumentou que “debates contemporâneos acerca da temática têm ensejado novas discussões sobre a distribuição de recursos naturais da nação, como o problema dos *royalties*, e a exigência de nova legislação para o FPE e o FPM com vistas a adequar os pilares do federalismo às demandas de um país em desenvolvimento”.

**Taques, que propôs a criação do grupo de trabalho, afirma que reformas são imprescindíveis no cenário atual**

Sarney cumpre promessa de priorizar em 2012 o estudo das relações federativas



José Cruz/Agência Senado

## Os 14 integrantes

Os convidados para formar o colegiado têm trabalhos acadêmicos ou experiência prática em questões federativas. Nenhum deles será remunerado pela contribuição

- ▶ **Nelson Jobim** Ex-ministro da Defesa, da Justiça e do Supremo Tribunal Federal, o jurista gaúcho foi deputado federal de 1987 a 1995, atuando na Assembleia Nacional Constituinte
- ▶ **Bernard Appy** Duas vezes ministro interino da Fazenda, ocupou a Secretaria de Política Econômica e o Conselho de Administração do Banco do Brasil
- ▶ **João Paulo dos Reis Velloso** Ministro do Planejamento entre 1969 e 1979, é fundador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
- ▶ **Everardo Maciel** Ex-secretário da Receita Federal (de 1995 a 2001), o consultor jurídico pernambucano também foi secretário da Fazenda de Pernambuco e do Distrito Federal
- ▶ **Ives Gandra da Silva Martins** O advogado tributarista, professor e jurista de São Paulo publicou mais de 50 livros individualmente, 200 em coautoria e mais de mil estudos
- ▶ **Adib Jatene** O médico acriano foi duas vezes ministro da Saúde e é considerado o “pai” da CPMF. Reconhecido internacionalmente, inventou cirurgia do coração que leva seu nome
- ▶ **Luís Roberto Barroso** O professor e advogado fluminense foi conferencista em universidades da França e da Polônia, além de pesquisador em Harvard e Sorbonne, entre outras
- ▶ **Michal Gartenkraut** Nascido na Polônia, chegou com 11 anos ao Brasil. De 1982 a 1992, ocupou cargos de relevância no governo federal, inclusive secretário de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda
- ▶ **Paulo de Barros Carvalho** No Ministério da Fazenda, presidiu a Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes. É presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários
- ▶ **Bolívar Lamounier** Sociólogo e cientista político, foi o primeiro presidente do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo
- ▶ **Fernando Rezende** Professor de finanças públicas e política fiscal, foi presidente do Ipea (1996 a 1999) e presta consultoria a BID, Banco Mundial e ONU. Foi assessor especial no Ministério do Desenvolvimento
- ▶ **Sérgio Prado** professor do Instituto de Economia da Unicamp, autor de trabalhos sobre federalismo fiscal
- ▶ **Marco Aurélio Marraffon** Professor de mestrado em Direito Constitucional e vice-presidente da Academia Brasileira de Direito Constitucional
- ▶ **Manoel Felipe Régio Brandão** Procurador da Fazenda Nacional

## Wellington propõe fundo de investimento para o Nordeste

Presidente da Subcomissão do Desenvolvimento do Nordeste, Wellington Dias (PT-PI) propôs ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a criação do Fundo de Investimentos de Participação (FIP) para a região.

Segundo o senador, o FIP será voltado sobretudo às áreas menos desenvolvidas do Nordeste e já nascerá com o aval dos fundos previdenciários Previ (Banco do Brasil), Funcef (Caixa Econômica Federal), Petros (Petrobras) e Valia (Vale). A expectativa é arrecadar cerca de R\$ 1,5 bilhão para investimentos.

— O Nordeste tem muito potencial, só precisamos de oportunidades — disse.

Wellington informou que o fundo foi “pactuado” em reunião com os presidentes do BNDES, Luciano Coutinho; do Banco do Nordeste, Jurandir



Wellington Dias: FIP já nasce com o aval de quatro fundos de previdência

Vieira; da Previ, Ricardo Flores; e da Agência de Fomento do Piauí, Antonio Neto; além dos representantes do Funcef, Carlos Borges, e da Petros, Newton Cunha. O senador comemorou os investimentos do BNDES no Nordeste na última década.

— É primeira vez que se aplica no Nordeste o correspondente ao PIB da região. Fechamos 2011 com 14% do total de investimentos do banco. Em 1999, não chegava a 6%.

## Vanessa quer mais atenção às necessidades da Amazônia

Os parlamentares da Amazônia precisam se organizar para mostrar à sociedade e ao poder público as necessidades da região, defendeu Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A senadora pediu aos colegas dos estados do Norte e Nordeste que se unam para atuar “com muita força” pelo fim das desigualdades em relação às demais regiões do país.

Vanessa defendeu melhor distribuição de recursos entre estados e municípios e citou projetos que tramitam no Congresso, como o PLS 192/11, de sua autoria, que trata da distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

— O Brasil é um país de grandes possibilidades e os governantes não podem apenas priorizar resultados da economia, como superávit e inflação. É preciso olhar o



Vanessa Grazziotin pede união pelo fim das desigualdades regionais

hoje, mas também vislumbrar o amanhã — disse.

A senadora chamou a atenção para a falta de investimentos em ciência e tecnologia no Norte, informando que a Amazônia conta com apenas um centro de biotecnologia e, mesmo assim, subutilizado. Vanessa defendeu “um projeto consistente” para o desenvolvimento da inovação na indústria farmacêutica, “que cresce hoje por conta da produção de genéricos”.

## Anúncio de mais escolas integrais é elogiado por Raupp

Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou em Plenário, na sexta-feira, o anúncio da presidente Dilma Rousseff de que ainda este ano será duplicado o número de escolas de tempo integral no país.

No programa semanal *Café com a Presidenta*, na última segunda-feira, Dilma afirmou que, até o fim de 2012, estarão nesse regime 30 mil estabelecimentos, que atenderão 5 milhões de estudantes em todo o Brasil, inclusive em áreas rurais.

As escolas de tempo integral são organizadas para oferecer, além das aulas regulares, atividades complementares que incluem acompanhamento escolar, práticas esportivas e conteúdos como informática. O programa é destinado a crianças e adolescentes de baixo poder aquisitivo.

— É uma notícia auspiciosa para milhões de brasileiros que não podem pagar um ensino de qualidade e que sonham com melhor condição de vida.

O senador disse que a medida anunciada vai permitir a antecipação das metas do Programa Mais Educação. Até 2014, afirmou, o número de escolas de tempo integral será também duplicado em relação à meta de 2012.

— Trata-se de, sobretudo, deflagrar um processo fundamental para o nosso crescimento econômico.

Valdir Raupp informou que o governo investirá este ano R\$ 1,4 bilhão no Programa Mais Educação. E, segundo o senador, a adesão das prefeituras poderá ser feita até o dia 30, com prioridade para escolas que concentram beneficiários do Bolsa Família, além das que tiveram avaliação baixa no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).



Raupp diz que 30 mil escolas vão estar no regime integral este ano

Cristovam Buarque, autor do projeto que instituiu o piso salarial dos professores em todo o Brasil, afirma ser inadmissível que governantes ignorem a lei e paguem salários baixíssimos aos docentes

## “Prefeito que ignora piso do magistério deve ser afastado”

OS GESTORES PÚBLICOS que não pagarem o piso salarial do magistério deveriam ser afastados de suas funções, defendeu Cristovam Buarque (PDT-DF).

Ele disse que a greve dos professores não deveria paralisar completamente as escolas, para evitar prejuízo aos estudantes. Em contrapartida, sugeriu que as demais categorias de trabalhadores entrassem em greve geral em apoio aos professores.

Atualmente, o piso salarial nacional dos professores é de R\$ 1.458 — valor que alguns estados e muitas prefeituras alegam não serem capazes de pagar. Isso gerou no país, segundo o senador, “uma explosão de greves”.

A lei que instituiu o piso do magistério tem origem em projeto de lei apresentado por Cristovam (PLS 59/04).

— Não estou satisfeito. É lamentável que a lei ainda não esteja sendo cumprida. Mas também acho lamentável que por causa dessa lei tenhamos crianças sem aula nos dias de hoje. Não consigo deixar de apoiar os professores, mas não consigo ser solidário com



Cristovam sugere que professor proteste em obras da Copa para chamar a atenção

greve de aulas — disse o senador, ao informar que vai levar o não cumprimento da lei à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado.

### Estádios

Cristovam sugeriu que os trabalhadores das obras de construção de estádios para a Copa do Mundo de 2014 parem suas atividades e que professores ocupem os canteiros onde elas são erguidas.

Dessa forma, disse o senador, o descaso com os docentes

brasileiros chamará a atenção do mundo.

— Vamos tentar os caminhos legais, oficiais, sem parar as aulas. É possível, sim, greve de professores com aulas funcionando. Os trabalhadores brasileiros, ao ficarem somente na ideia do contracheque, sem uma preocupação com o boletim, estão condenando seus filhos ao desemprego, ao subemprego, a baixos salários. Está na hora de os trabalhadores se envolverem nessa luta — afirmou Cristovam Buarque.

## Anibal comemora projeto habitacional do governo do Acre

Em companhia do governador do Acre, Tião Viana, Anibal Diniz (PT-AC) participou, na sexta-feira, de reunião no Ministério do Planejamento para tratar do Projeto Cidade do Povo, que visa construir 10 mil casas no estado.

Após o encontro, o senador explicou, em discurso no Plenário, que o projeto será fundamental para repor moradias destruídas pelas enchentes que atingiram o Acre em fevereiro.

Anibal disse que a iniciativa representa resposta estratégica para enfrentar o déficit habitacional no estado.

— O governador Tião Viana está muito atento a isso e hoje [sexta] realizou uma reunião bem demorada com a equipe técnica da ministra Miriam Belchior. Nossa esperança é de que possamos concretizar a contratação dessas novas habitações.

## Senador pede volta da Rádio Senado em ondas curtas

Anibal Diniz também pediu na sexta-feira que os senadores, em especial os da região Norte, se unam pela volta das transmissões da Rádio Senado em ondas curtas. Ele lembrou que, desde fevereiro, as transmissões foram suspensas devido ao fim do contrato com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que cedia um transmissor.

— Tenho certeza de que todos os senadores não de convir que nós precisamos desse instrumento de comunicação para fazer com que as ações do Senado cheguem às populações mais carentes de informação, isoladas naquela imensa selva amazônica.



Anibal: ondas curtas levam o Senado a comunidades remotas

## ACONTECEU NAS COMISSÕES

### Crédito rural mais fácil e prioridade a mulheres produtoras passam na Comissão de Agricultura

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou, na quinta-feira, projetos importantes para o campo. Entre eles, proposta que dispensa os produtores de apresentar certidões que comprovem a quitação de tributos federais como requisito para obtenção de crédito em bancos oficiais.

Autor do projeto (PLS 732/11), o presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), explica que são muitas as exigências para concessão de crédito rural, como apresentação de comprovante de pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR), de Certificado de Regularidade do FGTS e certidão negativa de débito junto ao INSS, entre outras, “a depender da fonte de financiamento e do programa”.

O senador lembra que, atualmente, apenas pequenos produtores e agricultores familiares estão dispensados do cumprimento de algumas dessas exigências, “ficando os demais obrigados a buscar junto à Receita Federal, à Caixa Econômica Federal e às agências da Previdência Social as certidões necessárias”.

A relatora, Ana Amélia (PP-RS), concordou com Acir que não há razão

para esse tratamento diferenciado e manifestou apoio ao projeto, em parecer favorável.

A matéria vai agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votada em decisão terminativa — sem necessidade de passar pelo Plenário.

### Mulheres

Outro projeto aprovado pela CRA na semana passada dá prioridade aos alimentos produzidos por mulheres da agricultura familiar nas compras do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Pelas normas em vigor, pelo menos 30% dos alimentos comprados pelo Pnae são adquiridos junto à agricultura familiar, tendo prioridade produtos de assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas. Com a proposta (PLS 680/11), a autora, Ana Rita (PT-ES), quer incluir grupos formais e informais de mulheres entre os segmentos prioritários.

O projeto, que altera a lei que criou o Pnae (Lei 11.947/09), também determina que pelo menos metade do que for comprado da família rural seja efetuado em nome da mulher.

Em seu voto favorável, Ana

Amélia assinalou que a proposta se integra às políticas afirmativas de valorização da mulheres, implementadas por conta da importância que elas têm na manutenção do núcleo familiar.

A relatora observou que o projeto não representará impacto orçamentário, uma vez que a parcela de compras de produtos da agricultura familiar já está prevista no Pnae. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) será a próxima a analisar o texto.

### Ministro

A CRA também aprovou na quinta-feira requerimento convidando o novo ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, para participar de audiência pública.

Pepe tomou posse na semana passada, em substituição a Afonso Florence, que ocupava a pasta desde o início do governo de Dilma Rousseff. Os senadores querem conhecer as estratégias do novo ministro para o desenvolvimento agrário e avaliar ações do Programa Terra Legal Amazônia, de regularização fundiária.

A audiência deve acontecer na próxima quinta-feira, mas ainda depende da confirmação do ministro.